
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES

Secretaria Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay

Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy

Página web: <http://www.wrm.org.uy>

Editor: Ricardo Carrere

=====

BOLETIM 100 do WRM

Novembro 2005 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

=====

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- A perda líquida em credibilidade da FAO sobre a avaliação dos recursos florestais

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Bolívia: assembléia do povo Guarani denuncia a REPSOL-YPF por violar seus direitos

- Brasil: os empregos letais da Aracruz

- Colômbia: plantações de dendzeiros em terras comunitárias usurpadas

- Uruguai: Ombudsman do Banco Mundial confirma riscos das fábricas de celulose

ÁFRICA

- África do Sul: a Sappi Saiccor expandirá sua poluidora fábrica de celulose?

- Nigéria: um veredicto referencial contra a queima de petróleo

- República Democrática do Congo: nova incursão madeireira nas florestas tropicais

- Uganda: plantações de dendzeiros da BIDCO à custa de florestas tropicais prístinas em Bugala

ÁSIA

- Indonésia: fábrica de pasta da UFS ameaça florestas e comunidades vizinhas

- Malásia: o MTCC certifica concessão madeireira desconsiderando os direitos e vontade dos Penan

- Sri Lanka: os Wanniyala-Aetto fazem uso de seu direito de voltar para sua floresta

- Tailândia: os grandes conservacionistas de mal com as vidas dos povos indígenas

* GERAL

- Plantações para a produção de azeite de dendê: não há sustentabilidade possível com paraquat

* NOSSA OPINIÃO

- A perda líquida em credibilidade da FAO sobre a avaliação dos recursos florestais

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) publicou recentemente seu “Global Forest Resources Assessment 2005” (Avaliação dos Recursos Florestais Globais de 2005). O comunicado à imprensa que a acompanha começa com a preocupante afirmação, “O desmatamento continua a uma taxa alarmante” mas nos tranquilizamos imediatamente ao lermos segunda linha que estabelece que: “Mas a perda líquida de florestas [está] diminuindo”. Isso pode talvez ser levemente crítico para muitas pessoas. Poderíamos fazer a pergunta óbvia: como é possível que a perda de florestas esteja diminuindo quando as taxas de desmatamento continuam sendo alarmantes? Isso, logicamente, omitiria a sutileza dos expertos da FAO. Eles não disseram que a perda de florestas estava diminuindo. Eles disseram que a perda LÍQUIDA de florestas está diminuindo.

Rainforest Foundation fez um relatório crítico coincidente com a 2005 Global Forest Resources Assessment da FAO. Em seu relatório, Rainforest Foundation aponta que “Utilizando a definição de floresta da FAO, as plantações de monoculturas, as florestas altamente degradadas e até as áreas cortadas rente que se “espera” que se regenerem, são todas consideradas florestas. Portanto, os dados da FAO escurecem nossa compreensão das florestas do mundo e subestimam seriamente o grau de sua degradação.”

Uma coisa boa sobre a FAO é que é repetitiva. Podemos simplesmente analisar o editorial de abril de 2001 do boletim do WRM e repetir exatamente a mesma análise que fizemos sobre seu 2000 Global Forest Resources Assessment. Na época, resumimos o relatório dizendo que “A principal mensagem da avaliação da FAO é que a situação tem melhorado em comparação com pesquisas das florestas globais prévias. O atual desmatamento é descrito como acontecendo a uma ‘taxa LÍQUIDA significativamente menor em comparação com o relatório prévio da FAO para o período 1990-1995’ e acrescenta que o ‘desmatamento LÍQUIDO tem provavelmente diminuído desde a década de 80 no nível global’.”

A redação é levemente diferente em 2000 e 2005, mas a mensagem é exatamente a mesma: a perda LÍQUIDA de florestas está diminuindo. Portanto, vamos analisar o editorial de 2001 para ver como conseguiu a FAO na época -e agora- fazer uma missão impossível, possível:

1) Mudando a definição de florestas. Em sua definição prévia, precisava-se 20% de dossel para definir uma área como floresta. A FAO fez com que diminuísse para 10% de dossel, aumentando muito desse jeito -no papel- a área de florestas do mundo.

2) Não incluindo a atividade madeireira como desmatamento. De acordo com a FAO “por definição, a atividade madeireira em si mesma não resulta em desmatamento, se for permitido que a floresta se regenere”. Enquanto elas estão regenerando-se, ainda são consideradas como florestas e são definidas como “áreas temporariamente sem estoque”. Isso significa que um país pode ter cortado a maior parte de suas florestas mas -a menos que converta a área para outras atividades- aparecerá como tendo a mesma área de florestas que antes.

3) Incluindo ainda mais tipos de plantações como florestas -como plantações de seringueiras- que não eram incluídas em anteriores avaliações da FAO e aumentando portanto de forma artificial a área de “florestas”.

4) Continuando a incluir as plantações de árvores como “florestas” na definição da FAO. Esse é de fato o aspecto principal que permite à FAO chegar à conclusão que a “perda líquida de florestas está diminuindo”. Como qualquer plantação é considerada como floresta, isso implica que se, por exemplo, 1 milhão de hectares de plantações de eucaliptos são estabelecidas em um país enquanto ao mesmo tempo 1 milhão de hectares de florestas são destruídas no mesmo país, a perda LÍQUIDA de florestas será zero e a área de “florestas” parecerá não ter tido qualquer alteração.

Portanto, a missão impossível vira possível. O único problema é, logicamente, que é falsa. As florestas -e particularmente as florestas tropicais- continuam desaparecendo “a uma taxa alarmante”. As plantações de monoculturas de árvores não são florestas e estão invadindo paisagens inteiras a uma “taxa igualmente alarmante”. As florestas cortadas rente já não são florestas. A manipulação de dados encobrirá mas com certeza não solucionará o problema. A perda LÍQUIDA em credibilidade da FAO como órgão das Nações Unidas experto em florestas é total agora.

Cabe à própria FAO mudar substancialmente suas metodologias de avaliação para elaborar relatórios realistas e úteis sobre as florestas do mundo ou continuar fazendo o triste papel que está fazendo agora. Apoiaremos o primeiro enquanto continuaremos estando contra o segundo.

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Bolívia: assembléia do povo Guarani denuncia a REPSOL-YPF por violar seus direitos

No mês de novembro do presente ano, o Povo Guarani de Itika Guasu, que habita na província O'Connor do departamento de Tarija, onde está localizado o mega-campo de gás Margarita se reuniu em Assembléia. O motivo foi denunciar perante a opinião pública nacional e internacional os atropelos que têm estado perpetrando a companhia REPSOL-YPF contra as comunidades Guaranis que habitam no território TCO (terra comunitária de origem) Itika Guasu, em violação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais estabelecidos na Constituição Política do Estado, o Convênio 169

da OIT (Lei 1257), a Lei de Hidrocarbonetos (3058). Da Assembléia surgiu o seguinte comunicado:

“A Assembléia do Povo Guarani [APG] de Itika Guasu, denuncia perante a opinião pública nacional e internacional que a empresa REPSOL YPF na Bolívia, viola os direitos que como povo indígena temos. Denuncia também que a empresa REPSOL YPF, ao iniciar novos trabalhos dentro de nossa TCO sem a consulta prévia e informada, está violando a Lei de Hidrocarbonetos 3058 de 17 de maio de 2005, nos artigos referidos aos direitos dos povos indígenas.

Informamos que a REPSOL YPF, sem respeitar a cultura guarani, tem entrado no território de Itika Guasu, localizado na província O'Connor, Departamento de Tarija, provocando uma série de danos a nosso meio ambiente, destruindo nossas florestas, espantando os animais silvestres que são fonte de nossa subsistência e agredindo nossa forma de vida comunitária, isto é, a REPSOL YPF está matando nossa cultura.

Denunciamos que a empresa espanhola REPSOL YPF tem entrado em nosso território TCO Itika Guasu para realizar operações de prospecção, exploração e exploração, e o tem feito violando de forma sistemática nosso direito à consulta prévia e informada, estabelecida no Convênio 169 da OIT que é Lei da República desde 1991 (Lei 1257).

Desde 1997, a REPSOL YPF viola nossos direitos, porque em vez de respeitar nossa estrutura organizacional desde a autoridade comunitária, zonal e regional, promove a divisão de nossas comunidades, utilizando para isso seu relacionador comunitário, seu relacionador social e o próprio gerente de Comunicação e Relações Externas.

Para isso a REPSOL YPF utiliza publicidade enganosa com a que procura fazer crer que o povo guarani está conforme com a atuação da petroleira, quando na realidade há rejeição na TCO a respeito desse tipo de operação.

Em março de 2003, depois de muitas pressões nossas, a REPSOL YPF estabeleceu um convênio com o Povo Guarani de Itika Guasu, que não tem sido cumprido pela empresa, porque apesar do compromisso de respeito a nossa TCO, a petroleira tem continuado a danificar nosso território, dividindo nossas comunidades, violando assim seus compromissos, não apenas com o povo guarani mas também com o Estado boliviano, estabelecidos nos estudos de impacto ambiental e nas leis nacionais.

Atualmente, apesar de que os monitores indígenas da TCO Itika Guasu têm realizado uma dúzia de relatórios onde se pede que a empresa cumpra com a proteção do meio ambiente, mude sua conduta desrespeitosa por nossas comunidades, deixe de violar as leis nacionais e os convênios internacionais, os atropelos a nosso território continuam e são mais, aproveitando a empresa a atitude permissiva do Estado boliviano que, apesar de conhecer nossas denúncias, não tem feito nada para proteger os direitos indígenas que a REPSOL YPF está violando.

Desde 17 de maio de 2005, está em vigor em nosso país a nova Lei de Hidrocarbonetos (Lei 3058), a mesma que em seus títulos VII e VIII estabelece de maneira clara como é que as atividades petroleiras devem realizar-se em territórios indígenas.

Apesar disso, a REPSOL YPF na TCO de Itika Guasu continua atuando contra o estabelecido na Lei e portanto, violando nossos direitos.

Portanto, informamos à opinião pública nacional e internacional que a REPSOL YPF é uma empresa petroleira que no território de Itika Guasu aplica práticas contrárias às que anuncia nos jornais, na rádio e na televisão.

Não é verdade que a REPSOL YPF tenha trazido benefícios ao povo guarani, mas pelo contrário, está destruindo nosso território e o faz violando de forma aberta as leis nacionais e os convênios internacionais.

Portanto, fazemos um chamamento à solidariedade com o povo guarani para exigir que a empresa mude sua conduta em nossa TCO e retire de toda a mídia a publicidade enganosa que emite, que diz muito pouco de seu compromisso com a ética e transparência estabelecidos em sua missão e visão empresarial.

Exigimos que a REPSOL YPF cumpra as leis bolivianas e os convênios internacionais!

Exigimos que a REPSOL YPF já não engane seus acionistas com relatórios falsos sobre o povo guarani!

Assembléia do Povo Guarani de Itika Guasu.

TCO Itika Guasu, 8 de novembro de 2005, Tarija, Bolívia.”

- Brasil: os empregos letais da Aracruz

Em todos os lugares onde a indústria da celulose e do papel opera, ela traz consigo a promessa de emprego. Lamentavelmente para as pessoas que moram na área que a indústria invade, essas promessas raras vezes trazem trabalho. Em um relatório recente para o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Alacri De'Nadai, Winfridus Overbeek e Luiz Alberto Soares, registraram de que forma a Aracruz Celulose, o maior produtor do mundo de pasta de eucalipto branqueada, não tem providenciado trabalho para o povo local.

O relatório titulado “Promises of Jobs and Destruction of Work: The case of Aracruz Celulose in Brazil” (Promessas de Emprego e Destruição do Trabalho: O caso da Aracruz Celulose no Brasil) documenta que desde a década de 80, quando 9.000 pessoas trabalhavam para a Aracruz, o emprego na companhia tem diminuído constantemente. A maior mecanização tem levado a grande número de demissões. A Aracruz tem terceirizado muitos de seus trabalhos, levando a menor segurança no trabalho e menores salários para os trabalhadores que conseguiram manter seus empregos. Atualmente a Aracruz emprega diretamente apenas 2.000 trabalhadores.

Em 2002, a Aracruz abriu uma nova linha de pasta que aumentou a produção de pasta da companhia de 1,2 milhões de toneladas para 2 milhões de toneladas ao ano. O investimento de USD 600 milhões criou 173 novos empregos. Isso é aproximadamente USD 3,5 milhões por emprego.

Os empregos que a companhia e seus sub-empresiteiras realizam são às vezes perigosos e têm sérios impactos na saúde dos trabalhadores. Em 2003, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Federal em Brasília, um trabalhador da Aracruz chamou a companhia de “assassina”. Ele tinha visto como morreram vários colegas em decorrência de problemas de saúde causados pelo trabalho na Aracruz.

No ano passado, dúzias de ex-trabalhadores da Aracruz com sérios problemas de saúde formaram um novo movimento: o Movimento dos Ex-trabalhadores Mutilados da Aracruz Celulose. O Movimento também inclui as viúvas de ex-trabalhadores da Aracruz. Nenhuma dessas pessoas tem recebido qualquer tipo de indenização da Aracruz por suas mutilações.

O Movimento tem documentado minuciosamente os casos de 33 ex-trabalhadores da Aracruz. Os trabalhadores sofreram lesões na coluna causadas por carregar pesadas caixas de mudas ou agrotóxicos. Na década de 80, os trabalhadores eram transportados em caminhões com tábuas de madeira como assentos. Muitos trabalhadores sofreram lesões na coluna já que os caminhões dirigiam por caminhos cheios de buracos. Os acidentes com as serras elétricas eram comuns e incluíam a perda de dedos, pés e cortes no corpo e no rosto. Alguns trabalhadores foram amassados por árvores quando da derrubada. Outros trabalhadores sofreram lesões na coluna ao remover troncos de eucaliptos. Os trabalhadores responsáveis da manutenção e reabastecimento das serras elétricas e máquinas sofreram de irritação nos olhos e uma doença chamada de leucopenia, a redução do número de glóbulos brancos no sangue.

Particularmente em risco estavam os trabalhadores nas plantações da Aracruz que aplicam pesticidas e herbicidas para garantir que as plantações de monoculturas continuem sendo isso: monoculturas. Entre os sintomas observados entre esses trabalhadores estavam as dores de cabeça, os vômitos, a dor na boca e no estômago, as unhas esponjosas e a visão afetada (incluindo o risco de cegueira).

Os trabalhadores danificados denunciaram poucos acidentes e doenças aos funcionários da Aracruz. Os serviços médicos da Aracruz não aceitam diagnósticos de doenças de médicos externos como prova autêntica de doenças. A Aracruz demitiu todas as 33 pessoas afetadas enquanto trabalhavam para a companhia.

Atualmente, muitos dos trabalhos braçais na Aracruz, especialmente aqueles dos operadores de serras elétricas, têm sido substituídos por máquinas. Mas as doenças entre trabalhadores que manuseiam químicos perigosos como pesticidas e herbicidas ainda são comuns.

O relatório “Promises of Jobs and Destruction of Work” inclui uma entrevista com um homem de 59 anos que costumava trabalhar para a Plantar, uma das companhias terceirizadas da Aracruz. Ele trabalhou durante quatorze meses aplicando pesticidas em 2000 e 2001. Depois de quatro meses de trabalho, ele desmaiou enquanto estava trabalhando: “Meu amigo me levou para a sombra, pegou um chapéu, e me abanou por uns dez minutos até que me recuperei” disse para os pesquisadores. “Depois trabalhei toda a tarde. Passaram-se dois ou três meses e eu desmaiei de novo.” Ele ficou doente, mas quando se queixou perante seu supervisor, em vez de receber tratamento, foi demitido.

Outro homem que tinha trabalhado nas plantações da Aracruz descreveu a morte de um colega, Junio. Junio se tinha queixado de sentir-se indisposto durante o dia. Quando os trabalhadores acabaram de trabalhar, perceberam que Junio não estava. Foram buscá-lo: “Quando o acharam ele estava deitado, com a bomba nas costas.”

Em 2003, duas pessoas ficaram doentes ao misturar três pesticidas em uma das plantações da Aracruz. Eles estavam empregados pela Emflora, outra das companhias terceirizadas da Aracruz. Depois de uns poucos dias de trabalho sem botas, macacões nem roupas protetoras, começaram a sofrer dores de cabeça, tontura, arrepios e dores de estômago. Diagnosticaram-lhes leucopenia. Um deles promoveu uma ação contra a Emflora por dano corporal.

A Aracruz diz que está “melhorando a qualidade de vida de seus empregados”. De fato, usando sub-empregueiras como a Plantar e a Emflora, está tentando evadir suas responsabilidades. O relatório “Promises of Jobs and Destruction of Work” conclui que a “A Aracruz Celulose consegue burlar os processos judiciais e a responsabilidade, e enquanto os trabalhadores continuam arriscando sua saúde e suas próprias vidas, sem que seus direitos sejam garantidos, as plantações de eucaliptos estão crescendo.”

O relatório "Promises of Jobs and Destruction of Work: The case of Aracruz Celulose in Brazil" está disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fase.pdf>

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de

- Colômbia: plantações de dendezeiros em terras comunitárias usurpadas

As florestas do Pacífico colombiano, que constituem o Território Região do Pacífico, uma das áreas de maior diversidade biológica do mundo, tem sido habitadas há muitos anos pelas comunidades ribeirinhas negras. Seus membros foram os últimos cidadãos colombianos aos que lhes foi reconhecido o direito à propriedade dos territórios que possuíram e utilizaram durante séculos. A Constituição de 1991 lhes reconheceu direitos coletivos sobre os territórios ocupados tradicionalmente, mas esteve acompanhada desde seus inícios por um feroz e sistemático processo de deslocamento forçado interno que ainda continua em muitos lugares da região e que, inclusive, tem piorado com o número crescente de comunidades às que lhes é impedida sua mobilização e cujo ingresso de alimentos, medicamentos e combustíveis é controlado.

Como diz Carlos Rosero, Candidato à Câmara de Representantes das Comunidades Negras: “O deslocamento forçado interno é funcional, não apenas para a guerra, mas também para o avanço dos mega-projetos e monoculturas, que como o dendezeiro, avançam com o apoio do governo nacional para o norte e o sul do Território Região do Pacífico e de outros assentamentos de comunidades negras no país. O reconhecimento inicial pelo INCODER [Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural] feito no mês de março do presente ano, do avanço ilegal da monocultura de dendezeiros nos territórios coletivos de comunidades negras de Jiguamiandó e Curvaradó e a recente reversão que despoja essas comunidades de parte das terras que lhes tinham sido tituladas coletivamente com caráter não embargável, imprescritível e inalienável é um

claríssimo exemplo do modelo de inclusão e de inserção da região, seus territórios e povoadores na lógica econômica prevalecente, da gravíssima incoerência do Estado em definir entre a proteção e conservação da diversidade biológica e o simples e vulgar desenvolvimentismo e, o que é ainda mais grave, uma nova demonstração de que o Estado colombiano, que tem sido incapaz de defender os direitos dos afro-colombianos, acaba submetendo-se perante os culpáveis das violações dos direitos, não os castiga e além disso os premia.”

Em 2000, as comunidades das bacias dos rios Jiguamiandó e Curvaradó (região do Chocó), três anos depois de serem deslocadas, recebem a titulação de 101.000 hectares que ocupavam ancestralmente antes do deslocamento. Mas ao decidirem retornar, essas comunidades acham seu território invadido por cultivos industriais de dendezeiros.

Perante as tentativas dos verdadeiros proprietários de reaver as fincas, espalharam-se ameaças de morte do tipo paramilitar e do pessoal vinculado com as empresas cultivadoras de dendezeiros (URAPALMA, Palmas De Curvaradó, Palmas S.A. e Palmadó), no meio de operações militares que têm tentado fazê-los desistir de trabalhar nas terras que o governo alocou à semeadura de dendezeiros.

Em finais de abril deste ano se intensificou a preparação de terras para a semeadura de dendezeiros, com desmatamento de florestas nativas nos vilarejos Caño Claro e La Cristalina dentro do Território Coletivo do Curvaradó e pelo setor de Urada nas proximidades do Jiguamiandó. Por sua vez, o INCODER acabou afirmando que estava errado ao outorgar o título coletivo e que portanto há 10.162 hectares de propriedade privada que devem ser descontadas do título coletivo.

Como expressa a Comissão Intereclesial de Justiça e Paz: “É alarmante que depois de mais de 13 deslocamentos sofridos pelas Comunidades de Jiguamiandó e Curvaradó, de mais de 110 assassinatos e desaparecimentos e tendo sido constatada a ilegalidade da semeadura de dendezeiros nos territórios coletivos das comunidades negras, hoje o Governo Nacional contradiga suas próprias conclusões para favorecer os interesses econômicos dos cultivadores de dendezeiros”.

Em uma visão totalmente oposta, o movimento social das comunidades de toda a área da floresta úmida do Pacífico concebem seu território como uma “região-território de grupos étnicos”, isto é, uma unidade ecológica e cultural amalgamada pelas práticas cotidianas das comunidades. A região-território se concebe também em termos de “corredores de vida” que unem as comunidades, suas atividades e o meio ambiente natural. Os corredores de vida podem conectar ecossistemas de mangues ou estender-se desde o meio de um rio para o interior da floresta. Alguns se constituem ao redor de atividades particulares, como a mineração de ouro tradicional ou a colheita de conchas pelas mulheres nas áreas de mangues.

Por sua vez, a região-território é concebida como uma construção política para a defesa dos territórios e sua sustentabilidade. Não é possível conceber a sustentabilidade em termos de porções ou atividades singulares, ou somente em termos econômicos: deve responder ao caráter multidimensional das práticas de apropriação efetiva do ecossistema. Desse jeito, é possível dizer que a região-território articula o projeto de vida das comunidades com o projeto político do movimento social. Do mesmo jeito, a definição de biodiversidade, inclui princípios locais de autonomia, conhecimento,

identidade e economia. A natureza não é “algo que esteja lá fora” mas está profundamente arraigada na prática coletiva de seres humanos que se sentem conectados com ela de forma integral.

As comunidades negras têm a convicção de que a terra, como entidade viva, deve ser coletiva. E assim o exprimem: “Para nós, a terra é a mãe, e contra ela se perpetra um crime do que provém todos os males e misérias. Nossa mãe, a de todos os seres vivos, está submetida, segundo a lei que se impõe, tem donos, é propriedade privada. Ao submeté-la como propriedade para explorá-la, lhe tiraram a liberdade de engendrar vida e de proteger e ensinar o lugar, as relações e o tempo de todo o que vive... Todos os povos somos escravos, junto com os animais e os seres da vida, enquanto não conseguirmos que nossa mãe recupere sua liberdade”.

Artigo baseado em informação obtida de: “Decisión de INCODER, reversa y violación de los derechos de los afrocolombianos y la Constitución”, Carlos Rosero, enviado por Tatiana Roa Avendaño, Iniciativa Ambiental Colombia, e-mail: bosques@censat.org; “Comunidades negras de Colombia: en defensa de biodiversidad, territorio y cultura”, Arturo Escobar, GRAIN, <http://www.grain.org/biodiversidad/?id=87>; Comisión Intereclesial De Justicia y Paz, Bogotá, outubro de 2005, <http://www.pasc.ca/dever/dever211.pdf>

- Uruguai: Ombudsman do Banco Mundial confirma riscos das fábricas de celulose

O importante projeto de instalação de duas fábricas de celulose no Uruguai, no rio do mesmo nome, tem provocado firme oposição, tanto dentro do país quanto entre a sociedade civil da vizinha província argentina de Entre Rios, que está localizada do outro lado do rio, a poucos quilômetros da área onde se instalariam as fábricas da espanhola Ence e a sueco-finlandesa Botnia.

Setores da população uruguaia vêm com grande preocupação os impactos sociais e ambientais que acarretaria a produção do que seria um dos maiores conjuntos celulósicos do mundo em um dos países mais pequenos (vide boletins Nº 83 e 94 do WRM). Por sua vez, os vizinhos argentinos também seriam prejudicados, já que o ambiente não conhece fronteiras, e tanto a atmosfera quanto o rio em comum correm os sérios perigos de poluição que as experiências próximas do Chile e do Brasil evidenciam (vide boletins Nº 83 e 91 do WRM).

Como as empresas Botnia e Ence pediram créditos ao Banco Mundial para a realização de seu projeto, o grupo uruguaio Guayubira, no marco de uma campanha de resistência à instalação das referidas fábricas promoveu o envio de uma carta para esse organismo. A Corporação Financeira Internacional, a seção do Banco encarregada dos créditos para projetos privados, recebeu a carta que tinha circulado e foi assinada por centenas de organizações do Uruguai, da Argentina e do mundo inteiro, na que se pede ao Banco Mundial que não se envolva com projetos da Metsa Botnia e da Ence e que também não lhes outorgue crédito, já que a instalação das fábricas de celulose provocaria sérios impactos ambientais e sociais que não apenas não serão resolvidos, mas agravarão os problemas que experimentam o país e seu povo.

Como resposta, o Banco Mundial enviou uma equipe de avaliação do Escritório do Ombudsman e Assessor do Cumprimento da Corporação Financeira Internacional -que se remete diretamente ao presidente do Banco Mundial- para obter informação a respeito do conflito.

Recentemente, o Escritório do Ombudsman do Banco Mundial confirmou muitas das preocupações apresentadas pelo Grupo Guayubira.

Em um comunicado datado em 16 de novembro de 2005, o grupo anuncia:

“O Escritório do Ombudsman do Banco Mundial acaba de confirmar a importância de muitas das questões que têm estado sendo apresentadas pelo Grupo Guayubira há tempo. Enquanto isso, o governo anterior, e o atual, afirmavam que estava tudo bem, que tinham sido feitos todos os estudos, que estava tudo sob controle, agora é esse escritório assessor do Banco Mundial o que diz que isso não é assim.

Na época, Guayubira questionou duramente as Avaliações do Impacto Ambiental realizadas pelas empresas Ence e Botnia. No entanto, a DINAMA acabou aprovando-as rapidamente. Que é o que diz o relatório do escritório do Ombudsman (CAO) do Banco Mundial? Diz literalmente que, “Baseado em suas próprias revisões, o CAO acha que as Avaliações do Impacto Ambiental para as fábricas de celulose não tratam adequadamente as preocupações das pessoas potencialmente afetadas, especialmente:

- As Avaliações do Impacto Ambiental não fornecem suficiente evidência de que as preocupações relacionadas com impactos potenciais no turismo e na agricultura tenham sido consideradas;
- Existe muito pouca evidência nas Avaliações do Impacto Ambiental de que tenham sido consultadas empresas ou pessoas que possam sofrer impactos (como operadores de turismo, pescadores) especialmente na Argentina;
- As Avaliações do Impacto Ambiental não levam em consideração impactos acumulativos mais amplos além das emissões ambientais, como as conseqüências sociais e ambientais sobre a posse da terra e a igualdade social em decorrência do fato das duas fábricas impulsionarem o desenvolvimento de grandes plantações de eucalipto no Uruguai”.

Resulta até triste constatar que a CAO seja capaz de perceber os impactos sociais e ambientais do florestamento e de vincular sua expansão com os projetos de fábricas de celulose e que esses problemas nunca tenham sido avaliados e reconhecidos por nossos governos. Além disso, o relatório da CAO acrescenta a necessidade de estudar os “Impactos potenciais das plantações de eucalipto ... na disponibilidade de água”, acrescentando-se também a isso as considerações apresentadas por Guayubira sobre os impactos do florestamento.

Com base em todas as omissões constatadas pela CAO, o relatório apresenta a necessidade de:

- a. “Avaliar a tecnologia e emissões projetadas desses projetos” e que “Deveria demonstrar-se que a Melhor Tecnologia Disponível está aplicando-se nos dois projetos;
- b. Avaliar os potenciais receptores dos impactos, tanto na Argentina quanto no Uruguai. Especificamente, deveriam identificar-se:

- i. Impactos potenciais de emissão de água na qualidade da água e nas comunidades locais, bem como nas comunidades de pesca turística;
- ii. Impactos potenciais das emissões no ar, na produtividade agrícola;
- iii. Impactos potenciais das plantações de eucalipto na igualdade da posse da terra, bem como na disponibilidade de água;
- c. Definitivamente abordar a questão de se o turismo e as fábricas de celulose são compatíveis, considerando as propostas em vigor;
- d. Avaliar se é possível ou não desenhar medidas de mitigação apropriadas, levando em conta a adequação dos processos regulamentares existentes para manejar os possíveis impactos transfronteiriços”.

Em resumo, o que o Escritório do Ombudsman do Banco Mundial está dizendo é que as Avaliações do Impacto Ambiental foram totalmente insuficientes e que portanto os mecanismos de controle do estado têm falhado, ainda antes de que as fábricas tenham entrado em funcionamento. Ao mesmo tempo, o relatório também está apontando uma série de impactos sociais e ambientais que ocorrerão, tanto pela expansão das monoculturas de árvores quanto pelo processo industrial de produção de celulose. Esses pontos coincidem com o que o Grupo Guayubira tem estado apresentando em diferentes âmbitos. Continuarão dizendo que essas fábricas não poluirão?

Artigo baseado em informação obtida de: Comunicado à imprensa - 16 de novembro de 2005 “Banco Mundial y plantas de celulosa: se confirman impactos”, Grupo Guayubira, E-mail: info@guayubira.org.uy, <http://www.guayubira.org.uy>

ÁFRICA

- África do Sul: a Sappi Saiccor expandirá sua poluidora fábrica de celulose?

A companhia de celulose e papel sul-africana Sappi está planejando aumentar a capacidade de sua fábrica Sappi Saiccor para mais de 200.000 toneladas ao ano. A Sappi Saiccor é a maior produtora de celulose química (pasta dissolúvel) do mundo. Sua fábrica em Umkomaas, a aproximadamente 50 quilômetros ao sul do Porto de Durban, produz atualmente aproximadamente 600.000 toneladas de celulose química ao ano. O celulose químico é usado para produzir coisas como filtros de cigarros, envoltórios doces, aditivos para sabão em pó que evitam que a sujeira se adira às roupas e o material usado como excipiente para os comprimidos de vitaminas. A maior parte da celulose da Saiccor se exporta.

A Saiccor (South African Industrial Cellulose Corporation Ltd) começou a operar em 1955 e foi a primeira fábrica que produziu celulose química de eucaliptos. A Sappi comprou a companhia à Courtaulds (uma companhia química do Reino Unido) e à South Africa's Industrial Development Corporation em 1988.

A Sappi tem contratado uma consultora, a WSP Environmental, para que realize uma Avaliação do Impacto Ambiental de sua proposta expansão. Em novembro de 2005 a WSP elaborou um Relatório Preliminar de Definição de Escopo como parte do processo de Avaliação do Impacto Ambiental. A Sappi espera que a construção do projeto, que custaria aproximadamente USD 300 milhões comece em janeiro de 2007 e finalize em outubro de 2008.

As ONGs ambientais e sociais, incluindo TimberWatch, GroundWork e South Durban Community Environmental Alliance estão apoiando a oposição local à expansão proposta da Sappi.

No Relatório Preliminar de Definição de Escopo, a WSP estabelece que depois da expansão, a Saiccor requererá 2.200 toneladas adicionais de madeira por dia. Em uma reunião pública em agosto, Vicki King da WSP alegou que não haverá expansão das plantações em decorrência da expansão. A Sappi propõe satisfazer essa demanda desviando madeira para a fábrica da Saiccor que atualmente vende para fábricas de lascas de madeira. Essa alegação é enganosa. A expansão da Saiccor aumentará a demanda geral de madeira na África do Sul. Essa maior demanda levará a novas plantações, inclusive se elas não forem propriedade da Sappi.

Em 10 de novembro de 2005, participei em uma reunião pública organizada pela WSP. Viajei para a reunião com Wally Menne de TimberWatch e Desmond D'Sa de South Durban Community Environmental Alliance.

Quando chegamos, René Abrahams da WSP estava trabalhando com uma apresentação de powerpoint. Depois de aproximadamente dois minutos, Menne perguntou se poderíamos fazer perguntas durante a apresentação ou se deveríamos esperar até o final. Shirleigh Strydom, facilitador contratado pela Sappi respondeu que não haveria perguntas durante a apresentação, mas que os expertos da Sappi estariam disponíveis para responder as perguntas depois da apresentação.

Desmond D'Sa tem estado lutando durante muitos anos contra a expansão da fábrica de papel da Mondi em Merebank. Ele tem desenvolvido pouca tolerância pelas bobagens. "Bobagens" disse ele. "Como é possível que esta seja uma reunião pública se o público não pode fazer perguntas em público?"

Strydom não tinha outra opção que aceitar esse argumento e permitiu que fizéssemos perguntas.

Durante sua apresentação, Abrahams mostrou um eslaide que indicava que as emissões de CO2 da Sappi Saiccor "não foram medidas". Apesar disso, ela concluía que depois da expansão, esperava-se que as emissões diminuíssem. Eu tinha curiosidade por saber mais sobre as suposições subjacentes dessa conclusão, particularmente em virtude de que outro dos eslaides de Abrahams mostrava que o número de caminhões, trens e carros que visitam a planta aumentaria. O número de caminhões que viajariam para e desde o local aumentaria 35 por cento, por exemplo. Eu perguntei se esse tráfego adicional tinha sido levado em conta nos cálculos de CO2 e outras emissões da WSP.

A apresentação de Abrahams não fez qualquer menção ao aumento da navegação que seria necessária para exportar a maior produção da Saiccor. Eu perguntei por que esses números tinham sido omitidos.

Abrahams respondeu que as reduções da emissão de CO2 se relacionavam apenas com emissões no local que a WSP esperava que as emissões fossem menores em virtude de uma redução na queima de carvão depois da expansão da fábrica. Ela confirmou que os

cálculos da WSP não levavam em conta as emissões causadas pelo maior tráfego ou navegação nem na África no Sul nem no nível internacional.

Strydom, facilitador da Sappi explicou que o Relatório de Definição do Escopo da WSP era um estudo de escritório e que se a Sappi não tinha fornecido os números para emissões de CO₂, a WSP não poderia incluir os números em seu relatório. Mais pesquisas seriam realizadas durante a seguinte fase da Avaliação do Impacto Ambiental.

Depois da apresentação, eu falei com Andrew Hall, um Gerente de Projeto na Sappi. Ele disse que a Sappi tinha de fato fornecido os números para emissões de CO₂ no local para a WSP. Ele disse que foi a decisão da WSP não incluir os números em seu relatório.

As emissões de CO₂ não podem ser o pior problema que cause a Saiccor. Mas, como Desmond D'Sa apontou durante a reunião, o fato de que a WSP tem aparentemente evadido os resultados para emissões de CO₂ em seu Relatório Preliminar de Definição do Escopo, não inspira confiança no resto do relatório.

Depois da reunião, uma moradora local agradeceu minha presença na reunião. Ela falou de sua persistente tosse. Seu marido tinha o que chamava febre de feno o ano todo. E recentemente, quando ela perguntou para seu filho que trabalha nos campos não longe da fábrica da Saiccor se a fábrica tinha mau cheiro esse dia, ele respondeu que não sabia. Já não podia cheirar nada.

Deixamos a reunião e passamos de carro pela fábrica da Saiccor. Uma dúzia de penachos de fumaça elevaram-se no ar da tarde. O vento estava soprando na direção contrária, mas ainda assim a fábrica cheirava mal. Apesar de que a Sappi e seus contratados, a WSP Environmental, alegam que a expansão vai reduzir as emissões, são relutantes a considerar os antecedentes da Saiccor de mais de 50 anos de poluição. Em vez de expandir suas operações, a Sappi Saiccor deveria talvez considerar as reparações pelo dano aos meios de vida e à saúde que suas operações já têm causado.

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

- Nigéria: um veredicto referencial contra a queima de petróleo

Uma produção insustentável para um consumo insustentável. Esse é o caso com o petróleo cru, o pilar da industrialização e do chamado “crescimento” moderno defendido pelo livre comércio globalizado.

Apesar disso, ele tem um grande custo, que continua sendo invisível, “externalizado” pelos macroeconomistas. Mas para as comunidades locais o custo está bem longe de ser externo. Elas o sofrem em seus pulmões, em suas peles, em seus olhos, em seus úteros e em suas vidas e mortes diárias.

Na Nigéria, o petróleo é achado em relativamente pequenos bolsões fragmentados no Delta do Níger. Os poços de vários campos abastecem uma única estação de fluxo através de uma rede de oleodutos. Os principais oleodutos transportam o petróleo para refinarias ou para terminais de embarque e estão complementados por depósitos a granel

e estações de bombeamento no caminho. Essa infra-estrutura em si mesma ocupa e atravessa a terra.

Grandes áreas de florestas de mangue são afetadas pela poluição do petróleo e desenvolvimentos relacionados. Os derramamentos de petróleo, que são bem numerosos e continuam mortificando a indústria do petróleo são uma preocupação muito séria a respeito da saúde das florestas de mangue remanescentes de nosso planeta. O petróleo vazado permeia as águas costeiras e cursos de água, cobrindo as raízes dos mangues expostas que respiram ar, fazendo com que seja difícil, ou inclusive impossível, que as lenticelas de respiração das plantas cumpram suas funções essenciais, e portanto sufocando devagar os mangues.

Como o Diretor do MAP (Projeto Mangue em Ação), Alfredo Quarto, escreveu em uma edição de Late Friday News e depois de uma visita para sublinhar a seriedade da poluição do petróleo na Nigéria: "O Delta do Níger contém a terceira maior floresta contígua de mangue do mundo. A área, que foi rica em biodiversidade e cheia de vida marinha, está sendo rapidamente degradada pela produção de petróleo. A região inteira está engulfada no que poderia chamar-se de Guerra do Petróleo -uma guerra incentivada pela avareza descontrolada dos conglomerados multinacionais do petróleo, há muito tempo comprometidos com seus ubíquos camaradas e capangas mafiosos no governo. Durante minha segunda semana na Nigéria, contraí malária -ferido na batalha, diriam vocês- outra vítima nesta guerra não santa contra o planeta. Mas os caminhos para as fontes de petróleo na Nigéria estão alinhados com outras inumeráveis vítimas e refugiados ambientais, cuja própria fonte de vida e sustentação fica totalmente arruinada. No entanto, essa é uma guerra na que não pode haver vencedores -apenas vítimas- já que no final qualquer pessoa que é nativa deste planeta perde. Essas centenas de descontroladas chamas de gás queimando continuamente por décadas estão favorecendo o aquecimento global, iluminando misteriosamente o caminho para o iminente desastre natural, enquanto esses diferentes derramamentos de petróleo e vazamentos de oleodutos estão saturando a terra e os cursos de água, até que, como um residente local disse, "Já não há peixes perto da costa agora, os mangues estão morrendo, nossos cultivos não vão crescer, as águas de nossos poços estão poluídas, e até nossa água de chuva já não é apta para beber!"

No entanto, nem todas são más notícias na Nigéria.

Em julho de 2005, a comunidade Iwherekan no Estado Delta da Nigéria iniciou uma ação contra a Shell Petroleum Development Company of Nigeria Ltd., a Nigerian National Petroleum Corporation e o Procurador Geral da Federação da Nigéria, pedindo ao Supremo Tribunal Federal, Divisão Benin, que declarasse que a queima de gás é ilegal, prejudicial para sua saúde e meio ambiente e que portanto constitui uma violação de seu direito à vida garantido pela Constituição da República Federal da Nigéria e reforçado pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Em 14 de novembro foi proferida uma sentença histórica. O Supremo Tribunal Federal da Nigéria ordenou as companhias que detivessem a queima de gás no Delta do Níger, já que isso viola os direitos à vida e à dignidade garantidos pela Constituição. O juiz C. V. Nwokorie decidiu na cidade de Benin que a prática prejudicial e esbanjadora de queima por todas as maiores companhias, incluindo a ExxonMobil, a ChevronTexaco, a TotalFinaElf e a Agip, bem como a Shell, em joint ventures com a Nigerian National

Petroleum Corporation, não pode continuar legalmente e deve ser detida, já que queimar gás durante sua exploração de petróleo e atividades de produção na comunidade de Iwherekan é uma violação de seus direitos fundamentais à vida (incluindo o direito a um meio ambiente saudável) e à dignidade da pessoa humana.

Mais uma vez, a resistência local tem resultado uma via efetiva para atingir as mudanças.

Artigo baseado em informação de: “Court Declares Gas Flaring Illegal In Nigeria!”, 14 de novembro de 2005, ERA Nigeria, <http://www.eraaction.org>; “Whose energy future? Big oil against people in Africa”, Relatório de Base de 2005, www.groundwork.org.za; “Why Oil & Mangroves Do Not Mix!”, Mangrove Action Project, <http://www.earthisland.org/map/oil.htm>

- República Democrática do Congo: nova incursão madeireira nas florestas tropicais

Entre outras causas diretas e subjacentes do desmatamento, os ecossistemas das florestas tropicais da África estão ameaçados pela atividade madeireira, já que são virtualmente todas as grandes florestas contíguas remanescentes. Essas florestas tropicais ricas em biodiversidade fornecem um hábitat fundamental, não apenas para os povos indígenas locais, mas também para todos os povos e espécies da Terra.

Na República Democrática do Congo, a ameaça já tem virado realidade. Apesar dos esforços e demandas dos grupos locais como a Aliança de organizações ambientais, de desenvolvimento e de direitos humanos indígenas para deter os planos de rezoneamento apoiados pelo Banco Mundial que poderiam abrir as áreas de florestas tropicais para as companhias madeireiras, informação oficial revela que quase 150.000 quilômetros quadrados de floresta têm sido alocados a companhias madeireiras nos três últimos anos, principalmente durante 2005.

A informação foi publicada em 8 de novembro como uma lista de todas as áreas de concessões madeireiras em um comunicado à imprensa emitido pelos Ministérios de Meio Ambiente e Finanças congolezes. A lista mostra que 103 ‘concessões’ têm sido entregues a companhias madeireiras desde a moratória madeireira de 2002, com uma área de 147.526 quilômetros quadrados.

A abertura de novas áreas de floresta tropical para o corte de madeira tem sido ilegal no Congo desde maio de 2002, através do “Ministerial Arrêté No CAB/MIN/AF.F-E.T/194/MAS/02 portant suspension de l’octroi des allocations forestières” aprovada em 14 de maio de 2002.

Em dezembro, o Banco Mundial vai considerar a aprovação de um novo crédito de USD 90 milhões para o governo congolês, parte do qual iria financiar novas atividades florestais.

No passado mês de julho, o conhecido cantor Sting declarou em um programa de TV “G8 Debate: Making Poverty History”: “Há um plano que está sendo considerado, apoiado pelo Banco Mundial, para entrar no Congo. Agora o Congo tem uma população de 50 milhões de pessoas; 35 milhões dessas pessoas moram nas florestas e dependem

de seus recursos. O plano é introduzir-se nelas, e uma área do tamanho da França, de 600.000 quilômetros quadrados, vai ser aberta para as companhias madeireiras internacionais, que vão entrar e cortá-las rente -violenta- e não vão deixar nada às pessoas que moram nelas.” “Isso não é fazer com que a pobreza desapareça mas é criar pobreza. E minha preocupação é que ninguém... ninguém sabe sobre isso, que está acontecendo às ocultas,” disse ele como membro do painel.

Simon Counsell, Diretor de Rainforest Foundation, uma organização mundial que trabalha em áreas de floresta tropical com povos indígenas locais e organizações não governamentais que tratam das causas subjacentes da destruição das florestas tropicais disse: “Rainforest Foundation tem estado advertindo por muitos anos que a indústria madeireira no Congo está a ponto de disparar-se fora de controle e que a pressão internacional deveria ser exercida sobre as autoridades congolêsas para deter a entrega de vastas concessões a companhias madeireiras. O governo congolês tem atuado sem respeito por suas próprias leis e está em um caminho que poderia ter conseqüências desastrosas para os muitos milhões de pessoas, bem como para a fauna e a flora silvestres, que dependem das florestas do país. O Banco Mundial deveria fazer com que uma condição estrita para qualquer novo financiamento de atividades florestais na República Democrática do Congo seja o cancelamento imediato das concessões alocadas ilegalmente”.

Artigo baseado em informação de: “Africa's Rainforests For The Chop In World's Biggest Illegal Giveaway”, 9 de novembro de 2005, Rainforest Foundation, enviado por Simon Counsell, E-mail: simonc@rainforestuk.com, “Africa's Massive Illegal Rainforest Giveaway”, [Forest Conservation Blog, http://forests.org/blog/2005/11/africas_massive_illegal_rainfo.html](http://forests.org/blog/2005/11/africas_massive_illegal_rainfo.html); “Sting sounds alarm on carve-up of Congo rainforests during TV debate”, 07/07/2005, The Rainforest Foundation, <http://www.rainforestfoundationuk.org/s-Campaign%20News>

- Uganda: plantações de dendezeiros da BIDCO à custa de florestas tropicais prístinas em Bugala

A tendência crescente de estabelecer plantações de dendezeiros tem como suas principais vítimas as florestas tropicais, onde o dendezeiro acha suficiente solo, água e energia solar para satisfazer suas necessidades (vide Boletim do WRM Nº 47).

O procedimento típico é derrubar uma determinada área de florestas e depois estabelecer a plantação destinada à produção de azeite de dendê e óleo de palmiste. Mas também acontece que as companhias plantadoras podem “derrubar” a floresta inteira queimando-a -como tem sido o caso dos notórios fogos na Indonésia.

O dendezeiro é nativo do oeste da África e as plantas semi-selvagens têm sido tradicionalmente colhidas em pequena escala e combinadas com cultivos alimentares pelos povos locais. O presente impulso pelos dendezeiros está apresentado no pacote globalizado habitual: monoculturas em grande escala destinadas às exportações que excluem qualquer outro plano. Bem longe da natureza diversa.

No entanto, em sua tentativa para fazer com que o povo ugandense se entusiasme com o negócio, seu Presidente Yoweri Museveni disse que cortar florestas para a plantação

não implica qualquer perigo ambiental porque a plantação de dendezeiros seria uma floresta em si mesma. Como poderia um “deserto verde” (apenas uma espécie de árvore) ser equiparada à entrelaçada diversidade do ecossistema de uma floresta?

Não há possível resposta sobre “como” mas há algumas respostas sobre “por que”.

A BIDCO Oil Refineries Ltd., a fábrica maior e de mais rápido crescimento de óleos vegetais, gorduras, margarina, sabões e concentrados de proteínas no este e centro da África está investindo em uma plantação de dendezeiros multimilionária em dólares nas ilhas Bugala em Kalangala. Prevê-se que o projeto abranja 26.500 hectares e produza 140.000 toneladas de óleo de palmiste. A BIDCO conta com sócios no investimento, incluindo a Archer Daniels Midlands dos EUA, a Wilmar Group da Malásia e a Josovina de Cingapura. Dentro do plano do Projeto de Desenvolvimento do Óleo Vegetal (VODP), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e o Banco Mundial têm outorgado um empréstimo de USD 10 milhões para apoiar as plantações e infra-estrutura associada, enquanto o Governo contribuirá com USD 12 milhões em terras, eletricidade e caminhos, e a BIDCO vai investir USD 120 milhões.

Vários interesses coincidem a respeito do negócio dos dendezeiros. É uma fonte de moeda estrangeira para um país endividado como Uganda; um negócio lucrativo para conglomerados que se beneficiam com a promoção massiva que leva à redução dos preços mundiais e à estimulação do consumo; e é um serviço financeiro do que o Banco Mundial obtém lucros. As fontes locais informam que cada vez mais a elite local também obtém benefícios fornecendo influência política para garantir termos comerciais favoráveis com o governo e assegurando operações comerciais tais como concessões comerciais formais lucrativas para eles mesmos.

Mas o projeto enfrenta forte oposição dos Membros do Parlamento. Também, alguns residentes das ilhas estão muito preocupados com o projeto de plantação de dendezeiros que está acontecendo em uma das únicas grandes florestas tropicais naturais prístinas que restam em Uganda, uma bonita ilha chamada Bugala, com um dos ecossistemas mais extraordinários do mundo. Mais de 5.500 hectares de floresta tropical estão sendo destruídas, e o raro papagaio cinza palrador está aninhando na capital pela primeira vez (a 180 km por rodovia, 80 km em linha reta), o que evidencia que alguma coisa está errada.

As plantações de dendezeiros em grande escala (como acontece com outras monoculturas) estão geralmente relacionadas com a violação de direitos à terra e outros direitos humanos, já que invadem grandes áreas de terras de povos indígenas ou de camponeses o que leva a conflitos.

O governo está tentando convencer os residentes das ilhas que arrendem suas terras para a plantação para “obter dinheiro” mas há denúncias de muitos conflitos familiares em virtude do projeto. Depois de perder sua terra, onde trabalharão essas pessoas? Supostamente nas plantações de dendezeiros, afetadas pelo amplo uso de agroquímicos na produção de dendezeiros, em trabalhos temporários, mau pagos, e em más condições, como mostra a experiência em outros países. O que é certo é que os benefícios não irão para o povo mas para as grandes empresas -crescentemente estrangeiras- que controlam a produção, a industrialização e a comercialização do azeite de dendê.

A ilha Bugala tinha sido o sítio para um projeto de ecoturismo que agora tem sido cancelado por doadores dos EUA por razões óbvias.

Não há qualquer tentativa de oferecer espaço para debate sobre o assunto. Isso tem levado à desconfiança e consternação dos ilhéus e proprietários de terras indígenas. Agora é o momento de pressionar o governo para que responda essas perguntas.

Artigo baseado em informação de: “BIDCO to undertake largest private Project”, The New Vision 2000-2005, 10 de novembro de 2005, <http://www.newvision.co.ug/D/8/220/464984>; “Museveni Launches Bidco”, New Vision (Kampala), 2 de novembro de 2005, <http://allafrica.com/stories/200511020416.html>, e fontes locais pessoais.

ÁSIA

- Indonésia: fábrica de pasta da UFS ameaça florestas e comunidades vizinhas

A indústria de celulose e papel indonésia atual está criando hoje uma tremenda tensão nas florestas. Nesse contexto, planeja-se a construção de uma enorme fábrica de celulose e lascas de madeira de USD 1,200 milhões na província de Kalimantan Sul.

O projeto é de propriedade da companhia “United Fiber System (UFS)” que por sua vez é propriedade, entre outros, de investidores de capital suecos. A nova fábrica de celulose pioraria o atual esgotamento das florestas na Indonésia e os problemas nacionais e locais relacionados com o mesmo.

Atualmente a indústria de celulose se alimenta principalmente de florestas tropicais e da implacável atividade madeireira ilegal. Aproximadamente 75-80% da madeira usada na indústria da celulose na Indonésia se origina de florestas, e relatórios recentes de agências de pesquisa internacionais e doadores internacionais têm indicado que a maioria da madeira colhida nas florestas da Indonésia -até 73%- é cortada ilegalmente.

Enquanto a taxa de desmatamento e atividade madeireira ilegal associada causada pela indústria de celulose não for eliminada, qualquer investimento em uma nova fábrica de celulose apenas agravaria os problemas estruturais do desmatamento. Toda grande fábrica de celulose na Indonésia tem causado ou importantes problemas sociais, poluição ou desmatamento e na maioria dos casos todos eles. A pesquisa indica que a fábrica de celulose proposta em Kalimantan Sul não será a exceção.

Dentro da área de concessão da UFS só, há 73.000 hectares de floresta em sério perigo e a fábrica de lascas de madeira ameaça mais outras 40.000 hectares de valiosas florestas de terras baixas. Como admite a UFS, prevê-se uma expansão da capacidade das instalações para 1,2 milhões de toneladas de produção de celulose por ano para o futuro próximo, que provavelmente destruirá mais floresta.

Além disso, a UFS estabelece em sua Avaliação do Impacto Ambiental vazada para o público -apesar dos esforços da companhia para mantê-la em sigilo- que se espera uma perda completa de vida aquática marinha na área da fábrica de celulose, o que resultaria na perda de centenas de meios de vida através da pesca tradicional. Prevê-se também

um aumento regional massivo em doenças respiratórias agudas, bem como doenças da pele e malária na Avaliação do Impacto Ambiental da companhia. A construção do porto de águas profundas para a fábrica de lascas de madeira destruirá florestas de mangue raras e valiosas e danificará significativamente a vida aquática marinha na área.

CAPPA, Community Alliance for Pulp-Paper Advocacy, uma rede de ONGs indonésias, documentou quatro vilas de pesca, incluindo aquelas dependentes da criação de camarões, cujas áreas de pesca provavelmente sofrerão o impacto dos despejos da fábrica proposta. As áreas de criação de camarões utilizadas pelas comunidades locais estão a apenas 400 metros do sítio proposto para a fábrica. Além disso, as constatações de CAPPA indicam que o local proposto para a fábrica está em um sítio funerário ancestral. De acordo com CAPPA, a fase inicial de obter terra para a fábrica tem levado a conflitos comunitários.

A fábrica proposta de celulose e de lascas de madeira da UFS não contribuem com o desenvolvimento sustentável do Bornéu indonésio, mas pelo contrário, contribuem com mais desmatamento e mais degradação da natureza e condições de vida dos humanos na região.

Artigo baseado em informação de: Environmental organisations oppose the building of the new pulp mill in Indonesia, Finnish Association for Nature Conservation, Friends of the Earth e Finnish ECA Reform Campaign, <http://www.vientiluotto.net/Epretxt.html#070604>; Carta para James D. Wolfensohn relativa à Garantia do MIGA para a Controvertível Fábrica de Celulose da United Fiber System Pulp Mill de USD 1.200 milhões em Kalimantan Sul, WALHI, https://www.mpi.org.au/kampanye/hutan/strukturisasi/lamp_sp_wksel_150304/; Carta conjunta de ONG internacionais para companhias austríacas envolvidas no projeto da fábrica de celulose, divulgada por Daniel Hausknost, Friends of the Earth Austria, E-mail: daniel.hausknost@global2000.at

- Malásia: o MTCC certifica concessão madeireira desconsiderando os direitos e vontade dos Penan

Os Penan em Sarawak têm estado lutando por seus direitos à terra e às florestas por mais de vinte anos, não apenas bloqueando os caminhos madeireiros, mas também reclamando legalmente seus Direitos Consuetudinários Nativos nos tribunais. Apesar de sua continuada resistência contra a atividade madeireira e plantações em sua terra nativa, o governo de Sarawak e seus concessionários -as companhias madeireiras e plantadoras- continuam desconsiderando os direitos dos Penan a sua terra.

Em uma ação sem precedentes, o Conselho de Certificação de Madeira da Malásia (MTCC) emitiu um certificado por Manejo Florestal para a Samling Plywood (Baramas) Sdn. Bhd. por uma concessão madeireira a respeito da que o direito à terra dos Penan tem estado pendente desde 1998. Isso significa que a Samling agora vende sua madeira da área como colhida “sustentavelmente” e “legalmente” -madeira extraída dos territórios Penan contra a vontade declarada das comunidades. Apesar dos repetidos protestos dos Penan, o MTCC se tem negado a cumprir seus próprios (supostos) padrões e retirar o abusivo certificado outorgado à Samling em outubro de 2004.

Como a União Européia está atualmente discutindo a aceitação do MTCC e a Dutch Keurhout Foundation já tem aceitado o MTCC (para madeira da Península da Malásia) como de “origem” legal, as ONGs européias Bruno Manser Fonds, Rainforest Foundation Norway e FERN consideraram que os governos deveriam ser informados urgentemente sobre a desconsideração dos direitos dos povos indígenas pelo MTCC e deveriam ser exortados a não aceitar o MTCC como prova de sustentabilidade ou legalidade.

Portanto, elas têm emitido a seguinte declaração que tem circulado entre ONGs para ser firmada, exortando governos e a indústria para que não aceitem o Esquema de Certificação de Madeira da Malásia (MTCC) por causa de sua desconsideração dos direitos dos povos indígenas:

“Nós, as organizações não governamentais (ONGs) que subscrevem, exortamos a União Européia, os governos europeus e a indústria madeireira européia a não aceitarem o Esquema de Certificação de Madeira da Malásia (MTCC) como garantia de manejo florestal sustentável ou legal, porque o MTCC não respeita os direitos dos povos indígenas. Preocupa-nos especialmente a recente certificação de uma Unidade de Manejo Florestal em Sarawak, que abertamente desconsidera os direitos do povo Penan. As ONGs que subscrevem apóiam a convocatória das comunidades Penan para uma retirada imediata desse certificado.

O Conselho de Certificação de Madeira da Malásia (MTCC) orgulha-se de garantir a origem sustentável e legal dos produtos madeireiros comercializados de acordo com seu esquema de certificação. No entanto, as ONGs malaias têm criticado a desconsideração do MTCC pelos direitos dos povos indígenas por anos. A recente certificação da Samling Bhd. - tanto a primeira companhia privada quanto a primeira Unidade de Manejo Florestal em Sarawak a ser certificada- confirma a desconsideração do MTCC pelas comunidades indígenas de forma gritante: uma das áreas mais controvertíveis em Sarawak foi certificada sem consultar com todas as comunidades Penan afetadas.

Grandes porções da Unidade de Manejo Florestal Sela'an-Linau da Samling na área Ulu Baram de Sarawak estão em uma área na que os Penan alegam terem Direitos Consuetudinários Nativos e têm apresentado isso ao Tribunal em 1998. O caso está ainda pendente no Supremo Tribunal de Sarawak. Certificando a área, o MTCC está descumprindo seus próprios padrões de certificação, de acordo com os que “a posse de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos da floresta serão definidos claramente, documentados e estabelecidos legalmente”.

A Samling entrou pela primeira vez na área no começo da década de 90, utilizando a força policial para quebrar a resistência dos povos indígenas à atividade madeireira. Desde que a atividade madeireira começou, os Penan têm estado protestando contra a destruição de suas florestas, das que dependem para a caça, bem como para colher palmeiras-sago, plantas medicinais e rattan para seus artesanatos.

Em janeiro de 2005, mais de 600 Penan sedentários e semi-nômades que moram na área protestaram contra a certificação, uma protesta confirmada por uma reunião dos representantes da comunidade em 18 de agosto de 2005.

Em uma carta de 25 de janeiro de 2005 para o MTCC, o cacique Bilong Oyau de Long

Sait (Divisão Miri, Sarawak) escreveu: “Rejeitamos totalmente a presente certificação (...) Temos estado vivendo aqui em paz até que as companhias madeireiras vieram perturbar nossa vida e invadiram nossa floresta. (...) Muitos de nós temos sofrido devido às operações madeireiras da Samling: nossos rios estão poluídos, nossos sítios sagrados prejudicados e nossos animais perseguidos por pessoas que nos privam de nossos meios de vida e cultura.”

Enquanto o MTCC continua seus esforços mundiais de relações públicas, ignora a protesta dos Penan e nega-se a retirar a certificação abusiva de uma área que está sendo cortada contra a vontade da população indígena afetada.

A aceitação ou rejeição do MTCC como um padrão da legalidade é verdadeiramente importante e podem ser percebidas como um barômetro de quais são os padrões que estabelecerão os governos europeus para madeira tropical “aceitável”. Isso é particularmente importante à luz das decisões que estão sendo tomadas no processo de licenciamento FLEGT e políticas de aquisição de madeira de estados membros da UE.

A comunidade de ONG não concorda com as avaliações realizadas pelos estados membros da UE, como o Reino Unido e a Dinamarca, e pela indústria madeireira, como a Dutch Keurhout Association que têm considerado o MTCC como garantia de legalidade.

Em termos de direitos de povos indígenas, a certificação da concessão Samling Sela'an - Linau em Sarawak é totalmente inaceitável e é uma prova adicional de que a “sustentabilidade” e “legalidade” do MTCC não inclui os direitos básicos da população indígena afetada.

Urgentemente exortamos os ministérios responsáveis e a indústria madeireira para que reconsiderem o Esquema de Certificação de Madeira da Malásia (MTCC) à luz dessa nova evidência.

[seguem assinaturas]”

Por mais informação, ler o relatório sobre a concessão do MTCC em:

<http://www.bmf.ch/en/pdf/selaan-linau-report.pdf>

- Sri Lanka: os Wanniyala-Aetto fazem uso de seu direito de voltar para sua floresta

Os Wanniyala-Aetto ("seres da floresta") são os indígenas do Sri Lanka, amáveis caçadores-coletores que têm vivido em uma relação sustentável com o ambiente de sua floresta tropical pelos passados dezoito mil anos.

Tendo sobrevivido 2.500 anos de assentamento em sua ilha, primeiro de cingaleses e depois de migrantes tâmeis da Índia, cinco séculos de colonização portuguesa, holandesa e britânica e duas guerras mundiais, os Wanniyala-Aetto foram expulsos do que restava de suas florestas ancestrais pelo Governo do Sri Lanka.

O Sri Lanka se independentizou em 1948. O novo Governo iniciou a reorganização do país. Com financiamento do Banco Mundial em 1955, começou a construção da

Barragem Gal Oya, que alagou as melhores terras de caça e colheita dos Wanniyala-Aetto, incluindo seus melhores sítios de criação de abelhas para obter mel e suas cavernas prediletas na floresta.

A maioria das pessoas foram reassentadas em vilas de reabilitação em áreas agrícolas. Mas seu guardião da sabedoria e porta-voz, Uru Warige Tissahamy, liderou muitas pessoas de seu povo para a profundidade da floresta. Em 1977, o Banco Mundial providenciou financiamento ao Governo para a construção de um enorme projeto hidrelétrico e de irrigação envolvendo o maior sistema fluvial do país, o Mahaweli Ganga. A água do rio foi desviada para hidroeletricidade e canalizada em reservatórios e canais de irrigação. Vastas áreas de floresta tropical foram derrubadas, e 11.000 hectares das últimas terras de caça dos Wanniyala-Aetto foram cortadas rente. Milhares de colonos cingaleses e tâmeis instalaram-se.

Depois disso, à meia noite em ponto do dia 10 de novembro de 1983, o Governo expulsou os Wanniyala-Aetto do que restava de sua floresta natal, declarando-a uma área de captação para três novos reservatórios financiados com Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) de diferentes agências doadoras estrangeiras, incluindo a USAID. Esses reservatórios foram criados para fornecer água de irrigação para a chamada “revolução verde” da produção agrícola intensiva de arroz em campos de cultivo à beira da floresta. O Governo designou a área de floresta entre esses reservatórios como Parque Nacional Maduru Oya que depois foi colocada sob a Estratégia Mundial de Conservação manejada conjuntamente por WWF International - World Wide Fund for Nature, IUCN - a União Mundial para a Conservação da Natureza e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP).

Os Wanniyala-Aetto foram forçados a reassentar-se em três distritos diferentes, dividindo sua comunidade e destruindo a estrutura social altamente integrada da que dependiam tradicionalmente. Essas áreas de reassentamento estão localizadas fora da floresta, em áreas de cultivo de arroz totalmente estranhas e impróprias para sua agricultura migratória tradicional. Sofrendo abusos aos direitos humanos e maus-tratos de qualquer tipo eles não podem praticar a agricultura rotacional e é muito difícil para eles cultivar suficientes alimentos nos pequenos lotes que lhes foram alocados. A caça e a colheita na floresta também são proibidas para eles. Atualmente, alguns homens têm licença para caçar em uma pequena área do parque, mas os que não possuem licença arriscam serem multados ou prendidos se forem apanhados caçando. Nos últimos anos três caçadores, todos eles com licenças, morreram por tiros disparados por guardas-florestais.

Atualmente, apenas 2.500 Wanniyala-Aetto sobrevivem. Sua antiga cultura, suas tradições espirituais, o conhecimento médico etnobotânico e a experiência ecológica no manejo da fauna e flora da floresta tropical estão a ponto de perder-se para sempre. “Eu nasci na floresta. Meus antepassados provêm da floresta. Somos os seres da floresta e eu quero viver e morrer aqui. E inclusive se eu nascesse de novo, somente como uma mosca ou uma formiga, ainda estaria feliz se soubesse que eu posso voltar a viver aqui na floresta” (Uru Warige Tissahamy, ancião Wanniyala-Aetto, 97 anos, guardião da sabedoria).

É por isso que, depois de mais de vinte anos de terem sido expulsos, cem indígenas Wanniyala-Aetto têm feito uso do direito legal a voltarem a sua própria terra. Os

guardas-florestais têm ameaçado com levar aos tribunais àqueles que têm voltado ao parque, no intuito de obrigá-los a ir embora mais uma vez.

Diferentes organizações exortam a apoiar o povo Wanniyala-Aetto, e propõem escrever para a presidenta do Sri Lanka pedindo a seu Governo que permita imediatamente aos Wanniyala-Aetto que quiserem, voltar a sua terra, caçar para seu consumo pessoal e colher frutos da floresta dentro do parque, sem receio de posterior expulsão, assédio ou violência. (Endereçar a carta para: Her Excellency the President of Sri Lanka, Mrs. Chandrika Bandaranaike-Kumaratunga, Presidential Office, Colombo 1, Sri Lanka, Fax: +94 112 4333 46)

Artigo baseado em informação de: "Los wanniyala-aetto regresan a la selva", 21 de outubro de 2005, Survival, <http://www.survival.es/news.php?id=1114> ; "The Wanniyala-Aetto", Global Vision, <http://www.global-vision.org/srilanka/>

- Tailândia: os grandes conservacionistas de mal com as vidas dos povos indígenas

Em uma recente explosão de “entusiasmo ambiental” estimulado por generosas ofertas financeiras do Fundo Global Para o Meio Ambiente, o governo da Tailândia tem estado criando parques nacionais tão rapidamente quanto o Departamento Florestal Real pode mapeá-los. Há dez anos quase não havia parques na Tailândia, e como os poucos que existiam eram “parques no papel” não marcados, poucos tailandeses sabiam que estavam lá. Agora há 114 parques terrestres e 24 parques marinhos no mapa. Quase vinte e cinco mil quilômetros quadrados, a maioria dos quais estão ocupados por tribos de montanhas e pescadoras, são manejados agora pelo departamento florestal como áreas protegidas.

Os Karen são os mais numerosos das cinco tribos que se encontram nos exuberantes lugares montanhosos do extremo norte da Tailândia. Khon Noi, uma matriarca de uma vila montanhosa remota, aconchega-se ao lado de um fogão a céu aberto, vestindo as roupas folgadas e coloridas que a identificam. Sua vila de sessenta e cinco famílias tem estado no mesmo amplo vale por mais de duzentos anos. Ela mastiga betel (*Areca catechu*), cuspiendo seu brilhante suco vermelho no fogo e fala suavemente através dos dentes brancos. “O governo não tem idéia de quem sou eu” disse ela. “A única pessoa da vila que eles conhecem pelo nome é o ‘cacique’ que nomearam para que nos represente nas negociações do governo. Eles estiveram aqui na semana passada, com uniformes militares, para dizer-nos que já não poderíamos praticar a agricultura rotacional neste vale. Se soubessem que alguém aqui estava dizendo coisas más sobre eles, voltariam e nos despejariam”.

“Homens com uniformes apareceram um dia, inesperadamente, mostrando suas armas,” lembra Kohn Noi, “e dizendo que agora estávamos morando em um parque nacional. Essa foi a primeira vez que soubemos isso. Nossas próprias armas foram confiscadas...não mais caça, não mais armadilhas, não mais laços e não mais “derruba e queima”. É assim como eles chamam nossa agricultura. Nós a chamamos de rotação de cultivos, e temos estado fazendo-o neste vale por mais de duzentos anos. Logo, seremos forçados a vender arroz para pagar por verduras e legumes que já não podemos cultivar aqui. Podemos viver sem caça, já que criamos galinhas, porcos e búfalos. Mas a agricultura rotacional é nossa forma de vida.”

Em novembro de 2004, seis mil conservacionistas assistiram ao Congresso Mundial de Conservação em Bangkok. Nessa conferência e em outras partes, os grandes conservacionistas têm negado que fazem parte dos despejos enquanto geram páginas e páginas de material promocional sobre sua afeição e relação cordial com os povos indígenas. O apoio financeiro para a conservação internacional se tem expandido nos últimos anos bem além das fundações de pessoas e famílias que estimularam o movimento para incluir enormes fundações como Ford, MacArthur e Gordon and Betty Moore, bem como o Banco Mundial, o Fundo Global para o Meio Ambiente, os governos estrangeiros, USAID, um grande número de bancos bilaterais e multilaterais e corporações transnacionais. Durante a década de 90, USAID só, investiu quase USD 300 milhões no movimento de conservação internacional, que tinha chegado a considerar como um complemento vital para a prosperidade econômica. As cinco maiores organizações de conservação, Conservation International (CI), The Nature Conservancy (TNC), e World Wide Fund (WWF) entre elas, absorveram mais de 70 por cento desse montante. As comunidades indígenas não receberam nada. The Moore Foundation fez um singular compromisso por dez anos de aproximadamente USD 280 milhões, o maior subsídio ambiental na história, para apenas uma organização, Conservation International. E todas as grandes ONGs internacionais (BINGOs) têm virado cada vez mais empresariais nos recentes anos, tanto em orientação quanto em afiliação. The Nature Conservancy agora gaba-se de ter dois mil patrocinadores corporativos, enquanto Conservation International tem recebido aproximadamente USD 9 milhões de seus duzentos e cinquenta “sócios” corporativos.

Como esse tipo de influência financeira e política, bem como filiais em quase todos os países do mundo, milhões de membros leais e orçamentos de nove cifras, CI, WWF e TNC têm assumido um impulso global grandemente expandido para aumentar o número de chamadas áreas protegidas (PAs) -parques, reservas, reservas de vida selvagem e corredores criados para preservar a diversidade biológica. Em 1962 havia aproximadamente 1.000 PAs oficiais no mundo inteiro. Atualmente há 108.000, e todo dia se acrescentam mais. A área total de terras que agora estão sendo conservadas como áreas protegidas no mundo inteiro aumentou o dobro desde 1990, quando a Comissão Mundial de Parques estabeleceu o objetivo de proteger 10 por cento da superfície do planeta. O objetivo foi ultrapassado, com mais de 12 por cento de todas as terras, uma área total de 11,75 milhões de milhas quadradas protegidas.

Mais e mais conservacionistas parecem estar perguntando-se agora, depois de reservar uma massa de terras “protegidas” do tamanho da África, por que a biodiversidade global continua diminuindo. Haverá algo terrivelmente errado neste plano -particularmente depois de que a Convenção sobre Diversidade Biológica tem documentado o fato apavorante que na África, onde tem sido criados tantos parques e reservas e onde o número de despejos de indígenas é o maior, 90 por cento da biodiversidade está fora das áreas protegidas?

As soluções baseadas no mercado impostas por grupos preocupados, que podem ter sido implementadas com as melhores das intenções sociais e ecológicas compartilham um resultado lamentável, raras vezes discernível por trás de uma cortina de fumaça da promoção astuciosa. Em quase todos os casos os povos indígenas são transferidos para uma economia monetária sem os meios para participar totalmente nela. Eles são comissionados permanentemente como guardas-florestais (nunca administradores),

porteiros, empregados, ceifeiros ou se conseguirem aprender uma língua européia, guias ecoturísticos. De acordo com esse modelo, a “conservação” está cada vez mais perto do “desenvolvimento” enquanto as comunidades nativas são assimiladas nos rangos mais baixos das culturas nacionais.

Não deveria surpreender então que os povos tribais considerem os conservacionistas como apenas outro colonizador - uma extensão das forças mortíferas da hegemonia econômica e cultural.

Se quisermos preservar a biodiversidade em áreas afastadas do globo, lugares que ainda em muitos casos estão ocupados por povos indígenas que vivem de formas que são ecologicamente sustentáveis, a história está mostrando que a coisa mais estúpida que podemos fazer é despejá-los.

Adaptado de “Conservation Refugees”, por Mark Dowie, The Orion Society, novembro-dezembro 2005, <http://www.oriononline.org/pages/om/05-6om/Dowie.html>

* GERAL

- Plantações para a produção de azeite de dendê: não há sustentabilidade possível com paraquat

Iniciada por WWF em cooperação com sócios comerciais -um grupo de produtores, compradores, varejistas e instituições financeiras- em 2003, a iniciativa chamada Fórum Global sobre o Azeite de Dendê Sustentável (RSPO) tem realizado sua terceira reunião em Cingapura neste mês, onde 8 Princípios e 39 Critérios foram adotados.

A União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agrícolas (UITA) e a Declaração de Berna tinham exigido mudanças fundamentais aos “Princípios e Critérios para a Produção Sustentável de Azeite de Dendê” -adotados agora- para permitir o uso de pesticidas altamente tóxicos que são extremamente daninhos para a saúde humana e o meio ambiente. Em sua atual forma, os critérios garantem os interesses da indústria dos pesticidas -co-patrocinadores da iniciativa- em vez da saúde dos trabalhadores das plantações para a produção do azeite de dendê.

Os Princípios, apesar de que exigem que os produtores procurem alternativas para os pesticidas designados como toxinas classe 1, em definitiva não proíbem o uso dessas substâncias. Também permitem o uso continuado de paraquat, um potente herbicida amplamente empregado nas plantações para a produção de azeite de dendê e que se sabe envenena todo ano milhares de trabalhadores de plantações e pequenos agricultores. O paraquat é responsável por um importante número das dezenas de milhares de mortes anuais relacionadas com os pesticidas. Uma vez absorvido através da pele ou dos pulmões ou ingerido oralmente, seus efeitos são irreversíveis. Vários países já tem proibido a substância, sendo a última proibição a que entrará em vigor na Malásia em 2007.

A União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agrícolas (UITA) e as organizações sindicais de trabalhadores agrícolas do mundo inteiro, têm exigido durante

anos a proibição do paraquat. “Não há espaço para o paraquat em uma agricultura socialmente e ambientalmente sustentável”, declarou o Secretário Geral da UITA, Ron Oswald.

Há uma tendência na certificação da produção sustentável no setor agrícola a considerar com mais seriedade as preocupações dos trabalhadores e proibir o uso dos pesticidas mais tóxicos, incluindo o paraquat.

Como a UITA e a Declaração de Berna exprimiram: “Apesar disso, os critérios para a produção sustentável de azeite de dendê não refletem essas preocupações sobre paraquat de nenhum jeito. Nenhum rótulo é tão complacente a respeito dos critérios sobre os pesticidas como os novos Princípios e Critérios para a Produção de Azeite de Dendê. Uma razão para isso poderia ser a relação do RSPO com a indústria agroquímica. Depois de tudo, o jantar oficial da reunião do RSPO em Cingapura é auspiciado nada mais nem nada menos que pela Corporação Syngenta, a principal fabricante de paraquat do mundo.”

Várias considerações estão sendo discutidas a respeito de se o azeite de dendê pode ser produzido sustentavelmente. Com o uso de paraquat é lógico que não...

Artigo baseado em comunicado à imprensa de 17 de novembro de 2005, da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agrícolas (UITA), E-mail: iuf@iuf.org, www.iuf.org; e a Declaração de Berna, E-mail: info@evb.ch; www.evb.ch